

**Atlas Schindler**

Ao Senhor Pregoeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Pregão eletrônico n. 14/2026

**ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**, com filial em Belo Horizonte - Minas Gerais, na Avenida Cristiano Machado 2860 – Bairro União, inscrita no CNPJ/ME sob nº 00.028.986/0010-07, por seu representante legal, vem, na forma do item 10 do Edital, formular a presente

### **IMPUGNAÇÃO**

ao edital de licitação e anexos, bem como solicitar esclarecimentos, consoante os seguintes fundamentos.

#### **DA NECESSIDADE DE REVISÃO DOS PRAZOS PREVISTOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA**

1. O Termo de Referência estabelece prazos extremamente exíguos para atendimento e regularização das ocorrências de manutenção corretiva, prevendo atendimento emergencial em prazo reduzido, inclusive para hipóteses de passageiros retidos em cabina, paralisação de equipamentos e restabelecimento integral da operação em poucas horas.
2. Contudo, os prazos fixados não refletem a realidade técnica e operacional inerente à prestação de serviços especializados de manutenção de elevadores, sobretudo considerando a complexidade dos equipamentos envolvidos e a existência de fatores externos alheios ao controle da futura contratada.
3. Diversas ocorrências podem demandar procedimentos incompatíveis com os prazos previstos no instrumento convocatório, tais como:
  - necessidade de diagnóstico técnico aprofundado;
  - desmontagem de componentes;
  - realização de testes de segurança;
  - substituição de peças específicas;
  - reparos em bancada ou oficina especializada;
  - indisponibilidade imediata de componentes no mercado;
  - necessidade de encomenda ou importação de peças;
  - deslocamentos técnicos;
  - condições de trânsito e logística urbana;
  - validações operacionais e testes após a conclusão do reparo.

4. Além disso, o próprio Termo de Referência prevê exigências técnicas rigorosas, inclusive vedação à utilização de peças paralelas e obrigação de utilização de componentes originais do fabricante, circunstância que naturalmente impacta o tempo necessário para reposição e regularização dos equipamentos.

5. A manutenção dos prazos atualmente previstos, sem qualquer flexibilização técnica, acaba por transferir integralmente à contratada riscos operacionais excessivos e desproporcionais, em afronta aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e equilíbrio econômico-financeiro previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. As disposições também possuem potencial restritivo à competitividade, pois tendem a afastar empresas especializadas que atuam em conformidade com padrões técnicos e operacionais realistas de mercado, reduzindo artificialmente o universo de participantes aptos ao certame.

7. Cumpre destacar que a prestação de serviços de manutenção corretiva envolve variáveis técnicas que nem sempre permitem previsão absoluta de tempo para solução definitiva da ocorrência, especialmente em equipamentos complexos e sujeitos a desgaste contínuo.

8. Dessa forma, requer-se a revisão das disposições constantes do Termo de Referência relativas aos prazos de atendimento e restabelecimento operacional dos elevadores, para que:

a) sejam adequados à realidade técnica e operacional dos serviços contratados;

b) seja prevista expressamente a possibilidade de flexibilização dos prazos mediante justificativa técnica fundamentada da contratada;

c) sejam ressalvadas hipóteses envolvendo indisponibilidade de peças, entraves logísticos, necessidade de reparo especializado, fatores externos ou situações alheias ao controle da contratada;

d) seja afastada qualquer interpretação de responsabilização automática da contratada por atrasos decorrentes de circunstâncias técnicas justificáveis.

**Atlas Schindler**

9. Requer-se, ainda, que os chamados emergenciais sejam tratados prioritariamente, porém sem imposição de prazos inexecutáveis ou incompatíveis com a complexidade técnica dos serviços.

10. Subsidiariamente, caso não haja exclusão dos prazos específicos atualmente previstos, requer-se sua ampliação para patamares razoáveis e compatíveis com a prática de mercado, sugerindo-se até 02 (duas) horas para atendimento de ocorrências envolvendo passageiros retidos.

11. Requer-se, por fim, a exclusão de previsão de prazo rígido e absoluto para regularização definitiva da operação dos equipamentos, substituindo-se por obrigação de atuação diligente e contínua da contratada, sob pena de se impor obrigação materialmente impossível de cumprimento, em afronta aos princípios que regem as contratações públicas.

**DAS PENALIDADES DA DESPROPORCIONALIDADE DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS  
E DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DAS CLÁUSULAS PUNITIVAS DO RAZOÁVEL**

12. O instrumento convocatório prevê, no item 20 do Edital (“Sanções”), no item 14 do Termo de Referência (“Infrações e Sanções Administrativas”) e na Cláusula Vigésima da Minuta Contratual (“Das Penalidades”), regime sancionatório excessivamente gravoso e desproporcional, em afronta aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, vedação ao excesso e competitividade que regem as contratações públicas.

13. Verifica-se, inicialmente, a previsão de múltiplas penalidades pecuniárias cumulativas, incluindo multa moratória de 0,33% ao dia por até 30 dias, multa por inexecução parcial de 10%, multa adicional de até 15% sobre o valor anual do contrato para “demais hipóteses de inexecução” e multa de até 20% sobre o valor anual do contrato para hipótese de rescisão contratual por culpa da contratada.

14. A redação adotada permite interpretação no sentido da cumulação simultânea dessas penalidades para um mesmo fato gerador, sobretudo porque tanto o Termo de Referência quanto a Minuta Contratual consignam expressamente que as penalidades poderão ser aplicadas “cumulativamente”.

15. Tal sistemática viola os princípios da proporcionalidade e da vedação ao bis in idem, uma vez que um mesmo inadimplemento pode ensejar, concomitantemente,

**Atlas Schindler**

multa moratória, multa compensatória, impedimento de licitar e até declaração de inidoneidade, gerando evidente excesso sancionatório.

16. A Administração Pública possui prerrogativa de sancionar o contratado inadimplente, porém tal prerrogativa encontra limites nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo vedada a imposição de penalidades sucessivas ou cumulativas sem delimitação objetiva das hipóteses de incidência.

17. Além disso, os percentuais previstos revelam-se excessivos diante da natureza dos serviços licitados. Apenas a multa moratória diária de 0,33% pode atingir aproximadamente 10% do valor da parcela em apenas 30 dias, sendo posteriormente somada a multa por inexecução parcial de 10% e, ainda, às multas de até 15% ou 20% sobre o valor anual do contrato, o que pode conduzir, na prática, a penalidades economicamente confiscatórias e incompatíveis com os princípios da moderação administrativa.

18. A gravidade é ampliada pela ausência de critérios objetivos para gradação das penalidades previstas nas hipóteses genéricas de “demais hipóteses de inexecução contratual”, permitindo excessiva discricionariedade administrativa na aplicação das sanções.

19. Também merece reparo a disposição segundo a qual os atrasos não comunicados contemporaneamente ao fato serão considerados injustificados “a critério do Contratante”, pois a redação transfere integralmente à Administração juízo subjetivo sem critérios mínimos objetivos de avaliação, em afronta à segurança jurídica.

20. Cumpre observar que a Lei nº 14.133/2021 exige motivação, proporcionalidade e individualização das penalidades administrativas, não autorizando a utilização de cláusulas genéricas aptas a ensejar punições automáticas ou excessivamente gravosas.

21. Dessa forma, requer-se a retificação do Edital, do Termo de Referência e da Minuta Contratual para:

a) vedar expressamente a cumulação de multas de mesma natureza para o mesmo fato gerador, evitando-se bis in idem sancionatório;

- b) adequar os percentuais das multas a patamares razoáveis e proporcionais à natureza do objeto contratado;
- c) estabelecer critérios objetivos de gradação das penalidades, especialmente nas hipóteses genéricas de inexecução parcial;
- d) esclarecer que eventual aplicação de multa moratória afasta a incidência cumulativa de multa compensatória pelo mesmo fato;
- e) prever parâmetros objetivos para aceitação de justificativas relacionadas a atrasos e intercorrências operacionais.

**DA NECESSIDADE DE REVISÃO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS EXCESSIVAS,  
SUBJETIVAS E RESTRIIVAS À COMPETITIVIDADE**

22. O Edital, o Termo de Referência e a Minuta Contratual estabelecem obrigações excessivamente amplas, abertas e desproporcionais à futura contratada, transferindo integralmente riscos operacionais, técnicos e até institucionais que extrapolam os limites legalmente admitidos nas contratações administrativas.

23. Embora a Administração possua prerrogativa de definir padrões técnicos e operacionais para execução contratual, tais exigências devem observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

24. Entretanto, diversos dispositivos do Termo de Referência e da Minuta Contratual extrapolam tais limites.

25. O Termo de Referência, em seus itens 11.11, 11.19, 11.23 e 11.30, bem como a Cláusula Décima Oitava da Minuta Contratual, impõem responsabilização praticamente objetiva e ilimitada à contratada por quaisquer danos, acidentes, prejuízos, intervenções de terceiros e até custos judiciais eventualmente suportados pela Administração.

26. Especialmente grave é a previsão de que a contratada será “responsável exclusivamente” por acidentes ocorridos durante a execução dos serviços, “isentando



o contratante de qualquer responsabilidade”, bem como a cláusula que assegura direito regressivo irrestrito, inclusive por custas e honorários advocatícios.

27. Tais disposições afrontam o regime jurídico da responsabilidade civil administrativa, pois a responsabilidade da contratada deve se limitar aos danos decorrentes de sua atuação culposa ou dolosa, não podendo o edital afastar previamente hipóteses de responsabilidade concorrente da Administração, falhas estruturais preexistentes ou fatos atribuíveis a terceiros.

28. Com efeito, a lei de regência determina que a responsabilidade civil da empresa contratada, ou seja, seu dever de reparar um dano causado, estará restrita aos danos que ela diretamente causar:

“Art. 120. O contratado será responsável pelos danos **causados diretamente** à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante”.

29. Assim, por expressa disposição legal, excluem-se do dever de reparar da Contratada os danos indiretos eventualmente sofridos pelo Órgão contratante e por terceiros, tais como lucros cessantes, de tal sorte que referida previsão deverá estar igualmente inserida no instrumento convocatório.

30. Também merece reparo a cláusula do Parágrafo Quinto, alínea “I”, que atribui à contratada responsabilidade por danos decorrentes de intervenções do Corpo de Bombeiros ou Polícia Militar.

31. Trata-se de hipótese manifestamente desarrazoada, pois impõe à futura contratada o ônus por atos praticados por autoridades públicas, inclusive em situações emergenciais alheias à sua atuação direta.

32. O Parágrafo Quinto, alínea “a”, do Termo de Referência estabelece que a contratada deverá “assumir a manutenção dos equipamentos no estado em que se encontram, mesmo que venham a apresentar avarias antes da vigência do contrato”.

33. A cláusula transfere à futura contratada riscos e passivos técnicos anteriores à contratação, sem prévia individualização do estado efetivo dos equipamentos, sem inventário técnico vinculante e sem delimitação objetiva de responsabilidade.

**Atlas Schindler**

34. Tal disposição compromete a formação adequada das propostas e viola os princípios da segurança jurídica e da objetividade do julgamento, pois impede que as licitantes dimensionem corretamente os riscos contratuais envolvidos.

35. A Administração deve disponibilizar diagnóstico técnico detalhado e delimitar expressamente quais falhas, passivos ou avarias preexistentes serão de responsabilidade da futura contratada.

36. Diversos dispositivos atribuem à fiscalização poderes excessivamente subjetivos, sem critérios técnicos objetivos, como ocorre nos itens 11.27 e 11.28 do Termo de Referência e nas disposições equivalentes da Minuta Contratual.

37. É especialmente problemática a possibilidade de substituição compulsória de empregados cuja atuação seja considerada “inconveniente” ou “insatisfatória” pela fiscalização, sem parâmetros objetivos.

38. Cláusulas dessa natureza geram insegurança jurídica e ampla discricionariedade administrativa, podendo ensejar interferência indevida na gestão interna da contratada.

39. O instrumento convocatório também impõe obrigações operacionais excessivas e economicamente indeterminadas, como:

- execução prioritária de serviços noturnos e em finais de semana;
- obrigação de manter todos os equipamentos permanentemente em “condições normais de funcionamento”;
- substituição periódica obrigatória de componentes independentemente de laudo técnico individualizado;
- obrigação de restabelecimento operacional imediato mediante acionamento da fiscalização durante o atendimento.
- As cláusulas não delimitam adequadamente hipóteses de caso fortuito, desgaste natural, obsolescência, indisponibilidade de peças ou limitações técnicas inerentes a equipamentos antigos e complexos.

40. Na forma redigida, há indevida transferência integral do risco operacional à contratada, em afronta à matriz equilibrada de riscos exigida pela Lei nº 14.133/2021.

41. Diante do exposto, requer-se a retificação do Edital, do Termo de Referência e da Minuta Contratual para:

- a) excluir disposições que imponham responsabilização objetiva, ilimitada ou por fatos atribuíveis a terceiros ou à própria Administração;
- b) afastar a transferência automática de passivos e avarias preexistentes sem prévio inventário técnico detalhado;
- c) estabelecer critérios objetivos para atuação fiscalizatória e eventual exigência de substituição de empregados;
- d) delimitar adequadamente os riscos operacionais atribuídos à contratada, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- e) adequar as obrigações técnicas e operacionais aos princípios da proporcionalidade, competitividade e segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **DA GARANTIA CONTRATUAL**

42. O item 7.34 do Termo de Referência estabelece que a contratada deverá conceder garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os serviços executados, incluindo peças e componentes eventualmente utilizados, “mesmo após o término da vigência do contrato”, ficando ainda obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir integralmente quaisquer serviços ou componentes considerados defeituosos.

43. A disposição, tal como redigida, revela-se excessivamente ampla e desproporcional, pois não delimita adequadamente:

- a natureza dos vícios cobertos;
- as hipóteses de desgaste natural;
- situações decorrentes de uso inadequado;
- intervenções de terceiros;
- falhas estruturais preexistentes dos equipamentos;
- obsolescência técnica;
- nem eventos supervenientes alheios à atuação da contratada.

44. Considerando tratar-se de contrato de manutenção contínua de elevadores já instalados e previamente utilizados, a previsão de garantia ampla e irrestrita por 12 meses após o recebimento definitivo e inclusive após o encerramento contratual acaba por transferir à contratada riscos futuros indeterminados, incompatíveis com a adequada repartição de responsabilidades prevista na Lei nº 14.133/2021.





45. A cláusula também se mostra excessivamente onerosa ao impor obrigação de reconstrução ou substituição integral, às expensas da contratada, sem qualquer delimitação quanto à origem efetiva do defeito ou comprovação de nexo causal entre a falha constatada e os serviços executados.

46. Além disso, a redação genérica pode ensejar interpretação de responsabilização permanente da contratada por equipamentos antigos, sujeitos a desgaste contínuo e a múltiplas variáveis operacionais independentes da execução dos serviços.

47. A jurisprudência dos órgãos de controle e o próprio regime jurídico dos contratos administrativos exigem que cláusulas de garantia observem critérios de razoabilidade, proporcionalidade e objetividade, não podendo transformar a contratada em garantidora universal do funcionamento integral dos equipamentos por prazo indeterminado.

48. Dessa forma, requer-se a revisão do item 7.34 do Termo de Referência para:

a) delimitar objetivamente o escopo da garantia contratual apenas aos serviços efetivamente executados e às peças efetivamente substituídas pela contratada;

b) excluir hipóteses decorrentes de desgaste natural, obsolescência, falha preexistente, mau uso, atos de terceiros ou intervenções externas;

c) esclarecer que eventual responsabilização dependerá da comprovação de nexo causal entre o defeito constatado e o serviço executado pela contratada;

d) adequar o prazo e alcance da garantia aos princípios da proporcionalidade, segurança jurídica e equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**DO ESCLARECIMENTO QUANTO AO MODELO DE RELATÓRIO TÉCNICO DAS  
MANUTENÇÕES PREVENTIVAS**

**Atlas Schindler**

49. O item 7.6 do Termo de Referência estabelece que toda intervenção preventiva deverá gerar relatório contendo a relação dos itens inspecionados e os apontamentos necessários.

50. Contudo, o instrumento convocatório não especifica se haverá modelo padronizado obrigatório a ser adotado pela futura contratada, tampouco define os requisitos formais mínimos, conteúdo técnico obrigatório, layout, metodologia ou padrão documental esperado para apresentação dos referidos relatórios.

51. Nesse contexto, faz-se necessário esclarecer se poderá ser utilizado modelo de relatório técnico próprio da futura contratada, observados os requisitos necessários à adequada comprovação dos serviços executados e ao acompanhamento da manutenção dos equipamentos pela fiscalização contratual.

O relatório de manutenção emitido pela Schindler após a execução dos serviços apresenta, de forma padronizada, a identificação do elevador, data e hora da visita, nome do técnico responsável, descrição detalhada das atividades realizadas, peças substituídas, checklist dos itens inspecionados, diagnóstico técnico, recomendações e, quando necessário, evidências fotográficas. O documento é assinado pelo técnico e pelo responsável do local, garantindo rastreabilidade, transparência e conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis.

52. O esclarecimento se mostra relevante considerando que empresas especializadas do setor possuem sistemas próprios de gestão de manutenção, procedimentos operacionais padronizados, formulários técnicos específicos, registros eletrônicos e metodologias internas desenvolvidas conforme normas técnicas e padrões de qualidade utilizados nacionalmente no segmento.

53. A eventual exigência de modelo rígido, não previamente definido no edital, pode gerar incompatibilidades operacionais desnecessárias, retrabalho administrativo, adaptação sistêmica extraordinária e aumento de custos indiretos da contratação, sem ganho efetivo à fiscalização da execução contratual.

54. Ademais, a ausência de definição objetiva quanto ao formato documental exigido pode gerar interpretações divergentes durante a execução contratual e potenciais controvérsias acerca da suficiência dos registros apresentados pela futura contratada.

55. Dessa forma, requer-se o esclarecimento de que poderão ser utilizados relatórios técnicos em modelo próprio da contratada, inclusive sistemas e formulários



**Atlas Schindler**

padronizados já utilizados pela empresa, desde que contenham informações suficientes à fiscalização dos serviços executados, permanecendo facultada à Administração a indicação objetiva de conteúdo mínimo eventualmente necessário

### **CONCLUSÃO**

56. Requer o recebimento da presente manifestação como IMPUGNAÇÃO, ou, ao menos que sejam esclarecidos os pontos, aguardando a manifestação para ocorrer o prosseguimento da seleção.

Termos em que,  
P. Deferimento.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2026.

**ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**

Assinado por:

*Cleydson Dos Santos Gomes*

BCFE2832C84C430...

---

Cleydson dos Santos Gomes  
Gerente de Serviços  
Elevadores Atlas Schindler LTDA  
CPF/MF nº 011.961.796-03